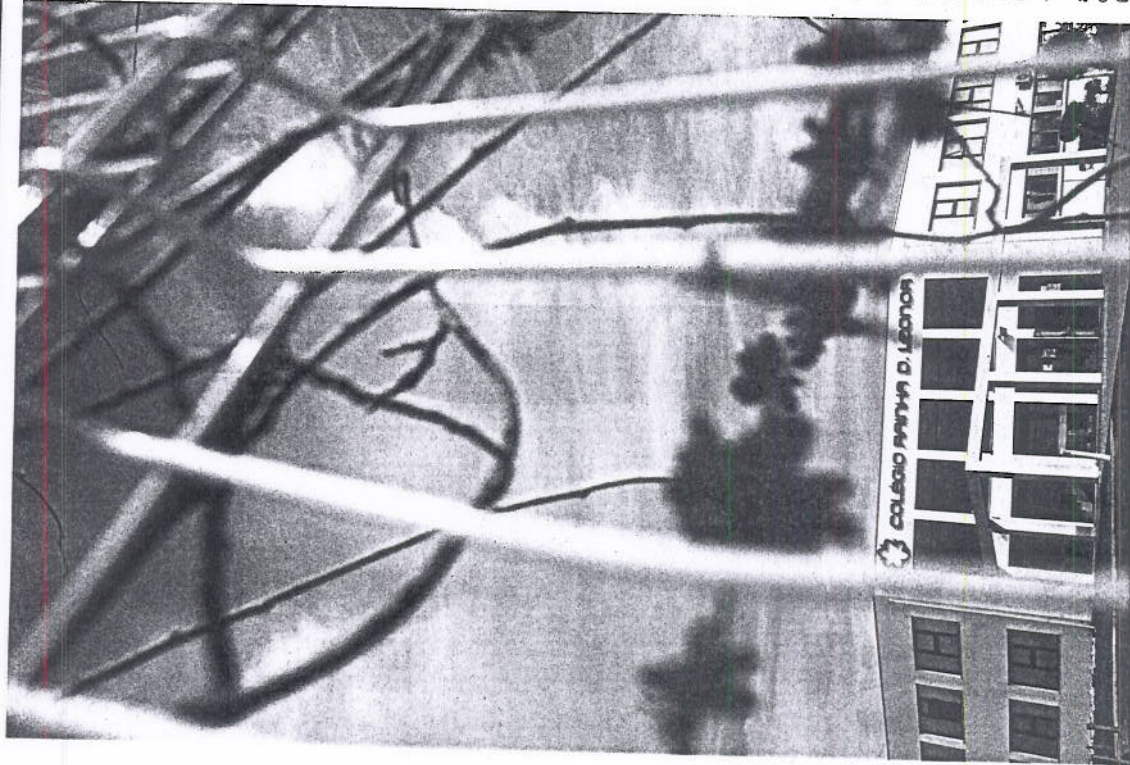


Ex-dirigentes do Estado trabalham para colégios a que deram verbas



CONSULTORES DA GPS

José Manuel Canavarro
Secretário de Estado da Administração Educativa do governo de Santarém Lopes (Julho de 2004-Março de 2005). Preside desde o ano passado ao Gabinete de Estudos do PSD. É consultor da GPS desde 2006.

José Almeida
Diretor regional de Educação de Lisboa entre 2004 e 2005. Colabora desde então com colégios do grupo.

Paulo Pereira Coelho
Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna do governo de Santana Lopes e secretário de Estado da Administração Local do governo de Durão Barroso. É consultor da GPS desde 2005.

Domingos Fernandes
Secretário de Estado da Administração Educativa entre 2001 e 2002. Colabora atualmente com o grupo GPS.

Linhares de Castro
Foi diretor regional adjunto da Educação do Centro (1998-2002). É diretor do Instituto Almalagüês, um dos colégios da GPS financiados pelo Estado, desde 2007.

José Junqueiro
Deputado do PS entre 1995 e 2009. É atualmente secretário de Estado da Administração Local. Foi consultor do grupo GPS entre 2005 e 2008.

antes, em 1980, numa altura em que a rede pública era insuficiente para acolher uma população

Contratos de associação aprovados em 2005, dias antes das eleições

O secretário de Estado e o diretor regional de Educação de Lisboa com base na proposta de José Almeida, a que o Expresso teve acesso, foi assinado pelo então se-

colégios — os unimos contratos de associação a serem assinados — passaram a trabalhar para o grupo que detém aqueles estabelecimentos privados, depois de deixarem os cargos.

José Manuel Canavarro, secretário de Estado-adjunto e da Administração Educativa entre 2004 e março de 2005, tornou-se consultor do grupo GPS, dono de um império de 13 colégios financiados pelo Estado, antes de ser substituído por Manuel PSD/CDS de Santana Lopes, de quem fazia parte. José Almeida, que deixou o cargo de diretor regional de Educação de Lisboa em maio de 2005, também começou a colaborar no desenvolvimento de projetos educativos de escolas da GPS nesse mesmo ano. Em 2008, juntou-se formalmente ao grupo, como supervisor pedagógico.

Os dois responsáveis tiveram um papel central na aprovação, em 2005, de contratos de financiamento público a quatro colégios do grupo GPS (Rainha Dona Leonor e Frei Cristóvão, no concelho das Caldas da Rainha, e Miramar e Santo André, em Marvão). O despacho que autoriza a criação daqueles estabelecimen-

secretário de Estado a 15 de fevereiro de 2005, cinco dias antes das eleições.

Ao abrigo desses contratos, os estabelecimentos em causa receberam, em 2009 (últimos dados disponíveis), cerca de €9 milhões do Estado para lecionar gratuitamente alunos que não têm lugar nas escolas públicas.

"Na altura, a Direção Regional de Educação de Lisboa (DREL) identificou várias zonas em que as escolas públicas estavam sobrelotadas e propôs à tutela a celebração de contratos de associação (com os colégios em causa). Em função disso, tomei uma decisão provisória de celebração desses contratos, que veio depois a ser confirmada pelo Governo seguinte", explica ao Expresso José Manuel Canavarro. "Enquanto secretário de Estado nunca movi influências para beneficiar o grupo GPS", reforça.

O então diretor regional de Educação rejeita igualmente qualquer ligação entre a aprovação desses contratos e o convite posterior para trabalhar naquele grupo. Questionado pelo Expresso, José Almeida confirma que "foi feito um estudo de rede muito completo que identificava

Governo vai deixar de financiar 256 turmas

Depois de uma maratona negociada que se arrastou por vários dias, o Ministério da Educação (ME) chegou esta semana a acordo com a Associação dos Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo (AEEP). Os cortes no número de turmas financiadas pelo Estado vão mesmo acontecer — em número até superior ao que foi proposto no estudo da rede escolar pedido pelo Governo —, mas serão feitos de forma faseada.

A partir de setembro, 74 das 91 escolas privadas com contrato de associação contarão com menos cerca de uma centena de turmas pagas pelo orçamento do ME. Em 2013/2014 volta-

rão a ter idêntico corte. No total, das 2130 turmas atuais haverá uma redução de 256, mais 42 do que o previsto no estudo da Universidade de Coimbra sobre a reorganização da rede. No caso de 18 colégios, esta diminuição implica, a prazo, o fim de qualquer apoio do Estado.

O concelho de Coimbra é o mais afetado. Só os colégios Rainha Santa Isabel e São Teotónio, situados quase lado a lado no centro da cidade, perderão um total de 15 turmas cada.

Além de uma redução mais faseada, o ME aceitou que os contratos vigorassem por períodos de cinco anos e não sejam suje-

tos a uma avaliação anual, como pretendia inicialmente.

A tutela não abdicou, no entanto, de reduzir substancialmente o financiamento dado aos colégios, que cai de uma média de 114 mil euros anuais por turma (até dezembro de 2010) para 80 mil euros a partir de setembro. Afinal, é com esta redução que o ME deverá conseguir o corte de 70 milhões de euros no valor das transferências para o sector particular e cooperativo, que tinha inscrito como meta no seu orçamento.

Trinta rejeitam acordo

A AEEP, que sempre afirmou que esta verba é insuficiente pa-



O Colégio Rainha D. Leonor (Caldas da Rainha) recebe financiamento desde 2005. FOTO NUNO FOX

os contratos com aqueles colégios. Num despacho enviado à DREL, alegou que "não foram garantidas as condições físicas, pedagógicas, orçamentais e processuais necessárias" para a sua celebração. Ainda assim, e mantendo-se a escassez da oferta pública na zona, os contratos perduraram até hoje.

A lista da GPS

Liderado pelo ex-deputado socialista António Calvente, o grupo GPS detém 25 estabelecimentos de ensino privados — 13 colégios com contrato de associação e nove escolas profissionais que também recebem financiamentos estatais. Entre os colaboradores do grupo encontram-se vários antigos elementos da administração de governos PS e PSD (ver lista ao lado), segundo infor-

escolar em expansão. Desde então, sucessivos governos assinaram quase 100 contratos, mesmo quando algumas escolas públicas começaram a ficar vazias.

Guilherme d'Oliveira Martins, secretário de Estado da Administração Educativa do ministro Marçal Grilo (1995-1999), foi dos últimos responsáveis do Ministério da Educação a contratuar com o sector privado um serviço público de Educação, na grande maioria dos casos com estabelecimentos da região Centro-pernentes à Igreja Católica. "As propostas fundamentadas vieram sempre das Direções Regionais de Educação e foi com base nessas propostas que se tomaram decisões", explicou ao Expresso o atual presidente do Tribunal de Contas.

Em 2005 foram aprovados os últimos quatro. Além de Canavarro, a equipa ministerial dessa altura integrava ainda, como chefe de gabinete da ministra Maria do Carmo Seabra, Rodrigo Queiroz e Melo, hoje diretor-executivo da Associação de Estabelecimentos do Ensino Particular e Cooperativo.

JOANA PEREIRA BASTOS e ISABEL LEIRIA

jbastos@expresso.imprensa.pt

Vários ex-responsáveis da administração de governos PS e PSD colaboram com o grupo que detém 13 colégios financiados pelo Estado

verno até nova reavaliação da rede não são mais do que "cuidados paliativos".

Mas, para o Governo, a orientação é inequívoca. Onde houver oferta pública, não se justifica que o Estado continue a financiar o sector privado para prestar este serviço. Em declarações ao Expresso, o secretário de Estado da Educação, João da Mata, afirma que as regras de financiamento que vigoraram até aqui permitiram, em alguns casos, "situações de despesismo de difícil controlo" e "grande desigualdade entre as próprias escolas privadas e entre estas e as escolas públicas". J.P.B. e I.L.